

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos 16 dias do mês de setembro de 2021, às 14h19min, foi realizada a 35ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU, através do aplicativo "Microsoft Teams" e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de streaming (*YouTube*) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2021), nos termos da Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. Pauta do dia: 1. Solicitação do Ministério Público, nos termos do Ofício PJHURB nº 4335/2021, para convocação de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana, com vistas à discussão da metodologia de revisão do Plano Diretor Estratégico - PDE.

01) O representante técnico da SP-Urbanismo, Sr. Alexandre Pires iniciou a reunião com a leitura da pauta. Em seguida, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, ressaltou que a equipe técnica da Secretaria Executiva do CMPU estava acompanhando os presentes, ainda que alguns não se identificaram no *chat*, seguida da leitura dos presentes naquele momento na reunião: SMUL 1 (Suplente), Maria Fernanda Penha Machado; SMUL 2 (Titular), Heliana Lombardi Artigiane; SMUL 3 (Titular), Maria Tereza Gomes Da Silva; SGM 2 (Titular), Tarcila Peres; SMJ (Suplente), Maria Lucia Palma Latorre; SMSUB (Titular), Ana Carolina Nunes Lafemina; SMDHC (Titular), Ana Claudia Carletto; SEHAB (Titular), Elisabete França; SIURB (Titular), Marcos Monteiro; SMDET (Titular), Aline Pereira Cardoso De Sá Barabinot; SMIT (Suplente), Paola Rivatto Da Silva; COHAB (Suplente), Jully Karylin De Carvalho Silva; Prefeituras Regionais Macrorregião Norte 2 (Titular), Luciana Torrales Ferreira; Prefeituras Regionais Macrorregião Centro (Suplente), Rodolpho Furlan Domingues; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2 (Titular), Simone Aparecida Dos Santos Oliveira; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste (Suplente), Maria Angélica Oliveira; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Centro (Titular), Stela De Camargo Dalt; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1 (Titular), Elodia Fátima Fillipni; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2 (Titular), Ademilson Ferreira; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1 (Titular), Durval Tabach; Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2 (Titular), Wellyene Gomes Bravo; Movimento

Dos Trabalhadores Sem Terra - Leste 1 - MST Leste 1 (Titular), Edilson Henrique Mineiro; Assoc. Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste (Titular), Julieta Aparecida Tolentino De Abraão; Viva Pacaembu (Titular), Mariana Ferraz Kastrup; Associação Dos Amigos E Moradores Pela Preservação Do Alto Da Lapa E Bela Aliança - ASSAMPALBA (Suplente), Renata Esteves De Almeida Andretto; Sindicato Das Empresas De Compra, Venda, Locação E Administração De Imóveis Comerciais E Residenciais De São Paulo - Secovi SP (Titular), Marcio Jeha Chéde; Sindicato Da Indústria Da Construção Civil Do Estado De São Paulo - SINDUSCON SP (Suplente), Sergio Garrido Cincura; Associação Comercial De São Paulo - ACSP (Suplente), Eduardo Della Manna; Instituto Polis (Titular), Danielle Cavalcanti Klintowitz; Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB (Titular), Simone Ferreira Gatti; FAU Mackenzie (Titular), Viviane Manzione Rubio; CBCS (Suplente), Eloise Torres Amado; Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT (Titular), Sandra Ramalhão; após a leitura, ressaltou que, conforme novos Conselheiros entrassem na reunião a lista de presença seria atualizada. **02)** Na sequência, o Secretário de Urbanismo e Licenciamento e Presidente do CMPU, Sr. Cesar Azevedo, informou sobre a reunião realizada com o Ministério Público do Estado de São Paulo - MP-SP, representado pelo Promotor Dr. Marcos Vinicius, da Promotoria de Habitação, e, do lado da municipalidade, que além dele, participaram o Prefeito da Cidade de São Paulo, a Secretária Municipal de Justiça, o Secretário do Governo Municipal e a Procuradora Geral do Município; relatou que durante a reunião foi estabelecido o compromisso de apresentar ao CMPU alguns pontos para eventuais revisões - apesar da proposta já ter sido apresentada -, e considerou importante que seja revisado os trabalhos em andamento, da metodologia de revisão do Plano Diretor Estratégico - PDE, para avaliação e críticas dos Conselheiros. **03)** Em seguida, o representante técnico da SPUrbanismo, Alexandre Pires, informou que a apresentação seria realizada em três blocos e, no fim de cada bloco, seriam abertas as perguntas. Na sequência, a Secretária Executiva informou que a reunião estava sendo gravada e transmitida ao vivo pelo canal do *Youtube*. **04)** Os blocos foram apresentados pelo Chefe de Gabinete da SMUL, Sr. Roberto Baviera, que iniciou a primeira apresentação expondo que a atual metodologia se baseou no Guia metodológico da Revisão do PDE de 2013 - disponível no Gestão Urbana e encaminhado anteriormente aos Conselheiros -, uma vez que se trata de uma revisão e não construção de um novo PDE, assim como todo o processo foi baseado nesse

guia para elaboração do Guia metodológico de 2021, uma vez que o material de 2013 foi inclusive premiado e muito bem considerado pela Sociedade na época; o Guia metodológico de 2021 – também encaminhado previamente –, incorporou as ferramentas digitais e novidades dos últimos anos, como a possibilidade de reuniões remotas e as redes sociais; em cima do material ressaltou que a ideia inicial é realizar a “Busca Ativa”, que se trata de uma ação de divulgação do PDE além da coleta básica de informações; conjuntamente, as diversas redes sociais da Secretaria, são canais de divulgação de tudo que acontece durante a revisão do PDE; foram realizados *webinars* e *lives* com a presença do Secretário; a plataforma participativa (*Participe +*) está funcionando desde março, onde tem colhido contribuições das pessoas e trazido os documentos, as informações que a revisão oferece para as pessoas além de todo material que já está lá disponível no *Gestão Urbana*; programamos uma série de reuniões temáticas e setoriais para poder tratar dos grandes eixos do plano da revisão, essas reuniões já estão acontecendo; agora tem uma nova fase que é focada nas oficinas regionais, divididas entre as 32 subprefeituras; por fim, estão previstas para ocorrer 8 audiências públicas, divididas pelas macrorregiões, e uma final de retorno nos mesmos moldes ao acontecido em 2013; também destacou que os *telecentros* voltaram ao seu funcionamento, após fase crítica da pandemia, onde é possível entrarem no site para que realizem sua contribuição; na sequência, informou que a equipe da Coordenadoria de Planejamento Urbano – PLANURB elaborou um **diagnóstico inicial**, como a primeira peça divulgada relativa às análises técnicas de monitoramento. desde 2014, constando no *Gestão Urbana*, com o intuito de elaborar sobre cada um dos instrumentos que o PDE traz e estudar sua efetividade; nesse relatório, dentre os resultados foi possível constar que 68% dos instrumentos urbanísticos foram efetuado, 67% dos instrumentos foram regulamentados e 38% das políticas que foram efetivadas tiveram desempenho bom; esse relatório foi usado para tratar de todas as reuniões temáticas que estão acontecendo, e foi construído com o intuito de ser algo didático e palatável para toda a população, especialmente a que esteja tendo um primeiro contato para entender o processo de revisão do PDE; sobre a **Busca ativa**, construída a partir de todos os distritos da cidade, teve o intuito de aproximar a população da revisão do PDE, isto é, as equipe que foram para a rua não foram somente fazer uma pesquisa inicial, mas também foram explicar o que é o PDE e a importância de participar do processo; sobre as questões, a

intenção original foi de criar perguntas básicas para fornecer um conhecimento inicial; até o momento da reunião foram ouvidas 12.994 pessoas, seguido do aumento no envolvimento de todas as plataformas após sua realização, demonstrando que as pessoas envolvidas conseguiram pesquisar nos ambientes virtuais da secretaria; em sequência expôs um gráfico da população entrevistada, dividido por macrorregião; em seguida, expôs outros quatro gráficos contendo a porcentagem das respostas das quatro primeiras perguntas; encerrou afirmando que o relatado foi a **fase 1**, e teve intuito de divulgação e contato com a população, além de averiguar a disposição em relação à participação na revisão do PDE; **fase 2**, trabalhar com a filipeta no formato digital – encaminhada previamente com o material da reunião –, que é a ficha de propostas oferecidas ao longo das oficinas, no site e na Busca ativa nas ruas, é similar a filipeta de papel de 2013, diverge com a inclusão de uma questão sobre o tema da pandemia, mas haverá a de papel quando ocorrer as reuniões presenciais; em seguida, expôs a filipeta contida no site com seus respectivos campos; encerrou sugerindo que a discussão seguisse para discutir a filipeta apresentada, se adiantou afirmando que no próximo bloco serão tratadas as reuniões e as audiências públicas. **05)** A primeira questão foi trazida pelo Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), que manifestou-se em relação a experiência metodológica da elaboração do PDE, sugerindo que seja levado em consideração a pactuação da metodologia, justificando que esta deveria ser discutida detalhadamente no âmbito do CMPU, sendo pactuada com os setores que possuem representação no conselho; informou que a sua visão é de que foi elaborada uma proposta pela Prefeitura e foi passada diretamente para a fase de discussão com a sociedade civil, sem ser objeto de discussão no CMPU, ressaltando que é importante e de dever da Prefeitura realizar a discussão diretamente com a população, mas que não deve ser ignorado o papel do conselho no processo; reforçou, com base no processo anterior, que é fundamental que o CMPU participe de todas as fases do processo de elaboração do plano, sendo necessária a discussão da metodologia antes de ser utilizada; ressaltou a Resolução nº 25 de 2005 do Conselho Nacional das Cidades, referente às recomendações sobre parâmetros mínimos para o processo participativo de acordo com o determinado pelo Estatuto da Cidade, e que não, estes parâmetros ainda não foram identificados no processo atual de revisão; falou da necessidade de existir uma

coordenação compartilhada para revisão do plano, contendo as atribuições definidas, e ressaltou que existe uma comissão relacionada ao assunto, mas que não possui o papel de coordenação do processo e nem uma metodologia estabelecida, não reproduzindo também a representatividade do conselho; sugeriu que fosse debatido no âmbito do CMPU uma proposta de metodologia da revisão do plano, destacando que se trata de um passo preliminar, e que a realização de oito audiências irá gerar um debate insuficiente considerando as regiões da cidade, ressaltou que a definição das questões prioritárias se deu de maneira unilateral pela administração, e que os mecanismos disponíveis para a participação são discutíveis, ressaltou que enquetes são um bom mecanismo de participação mas que, considerando a população da cidade, não deveria ser o único instrumento para obter as informações necessárias, sendo que este também desconsidera a participação por entidades representativas da sociedade, que está na lei orgânica do município; destacou ainda que 12 mil pessoas participaram já do processo de revisão do PDE, mas que se trata de uma participação insuficiente, considerando que existem entidades no município que possuem mais de 12 mil participantes; finalizou ressaltando que é insuficiente realizar a discussão da metodologia de participação sem antes analisar questões preliminares. **06)** Na sequência, o Sr. Alexandre Pires agradeceu a contribuição, lembrou que o tempo regimental para participação é de até 5 minutos, para possibilitar que todos participem, e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima, que informou que é Conselheira também na Subprefeitura de Sapopemba, e expôs que considera que a divulgação está sendo vaga, não alcançando a população em geral, além da Macrorregião em que está inserida, informou casos que teve contato em que as pessoas não possuíam conhecimento do Plano Diretor; expôs também que trata-se de uma revisão importante para o município de maneira geral e que considera que a Prefeitura não está realizando a divulgação de maneira adequada para alcançar a população, citou como exemplo também os contatos que realiza com a imprensa para divulgar a revisão do PDE; reforçou que considera uma falha grande durante o processo de revisão, considerando garantir o acesso da população à uma cidade justa, inclusiva e segura, através de um processo transparente além do âmbito do conselho, para que ocorra uma revisão que beneficie a cidade. **07)** Em seguida, o Sr. Alexandre Pires agradeceu a contribuição e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra.

Stela de Camargo Dalt, que questionou se existem redes sociais além das plataformas Plano Diretor SP, Participe Mais e o Gestão Urbana, ressaltando que tratam-se de plataformas e não redes sociais em si, não havendo comunicação e discussão da população de maneira autônoma, e pediu mais informações sobre a Nota Técnica presente no material encaminhado aos conselheiros, pois ela aborda questões sobre formas de participação, como a filipeta digital, e elementos como a restrição do tamanho do texto, forma de falar, quantidade de itens, que não foram apresentadas durante a reunião. **08)** Na sequência, o Sr. Alexandre Pires agradeceu a contribuição, informou que existem perfis no *Instagram* e *YouTube* referente ao processo de revisão do PDE, mas que as informações seriam passadas com mais detalhes posteriormente; prosseguiu passando a palavra para a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, que informou que foi elaborada uma carta por parte dos conselheiros do CMPU contendo uma análise e contraproposta sobre a metodologia de participação no processo de revisão do PDE, mas que esta será apresentada após a realização da apresentação completa pela Prefeitura.

09) O Sr. Alexandre Pires agradeceu a contribuição e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT, Sra. Sandra Ramalho, que informou que representa a população com deficiência, sendo uma parcela de 25% da população, incluindo pessoas com deficiência visual, e ressaltou que a plataforma apresentada não é acessível para essas pessoas, dificultando o processo de participação e defesa de uma cidade melhor para todos, reforçando a importância da participação das pessoas com deficiência, que não é possível através da plataforma Participe Mais, citou como exemplo a Conferência Municipal de Saúde, em que não foi possível um processo de participação representativo, e que essas dificuldades não podem ocorrer durante o processo de revisão do PDE, já que isso geraria falta de representatividade; finalizou reforçando a necessidade de garantir que as plataformas disponibilizadas sejam acessíveis à essa parcela da população, que representa um quarto da população do município. **09)** Em seguida, o Sr. Alexandre Pires agradeceu a contribuição e passou a palavra para a Conselheira titular do Instituto Pólis, Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz, que questionou sobre a metodologia da “Busca Ativa”, se trata da realização de entrevistas em terminais de transporte público, e explicou que nesse caso, acredita que não se trata de uma busca ativa, que esta seria caracterizada pela busca de

representantes da população, garantindo representatividade, da forma como ocorre em pesquisas censitárias, com metodologias de pesquisa para planos diretores; destacou também que se as entrevistas estão ocorrendo apenas com as pessoas presentes nos terminais, ocorre uma restrição da representatividade, gerando dados que podem estar equivocados devido à falta da utilização de uma metodologia técnica, não representando a vontade da população em geral; informou que não abordaria as perguntas realizadas, pois estas seriam tratadas na carta citada anteriormente pela Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB - SP, Sra. Simone Ferreira Gatti; a segunda questão abordada foi em relação à utilização da metodologia utilizada em 2013, em que não foram consideradas as mudanças ocorridas no período de oito anos e a pandemia de COVID-19, que alterou as dinâmicas da cidade, e reforçou citando a fala do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), referente à necessidade de discussão da metodologia em conjunto com o CMPU; por fim, questionou se seria discutida a metodologia a partir do momento atual, sem ocorrer a discussão e revisão do que já foi realizado, justificou informando que as atividades do processo de revisão do PDE estavam ocorrendo há 09 meses sem ser discutida com o CMPU, e que pela apresentação realizada, a discussão se daria para as próximas ações a serem tomadas, a partir da Filipeta, e não a discussão sobre todo o processo já realizado, apresentando-se como um equívoco e não se tratando de uma discussão da metodologia em si, que se caracterizaria pelos debates sobre como se daria a busca ativa, os grupos que seriam escutados e como se daria essa escuta, para assim ser possível a discussão das questões das entrevistas. 10) Na sequência, o Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste, Sr. Maurício Ramos, que retomou a questão levantada pela Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima, destacando que ele representa a Macrorregião Oeste, que possui grande concentração populacional, e que existe uma dificuldade de divulgação das informações referentes a revisão do Plano Diretor, sendo que são alterações que influenciam diretamente a vida da população, citou exemplos sobre os processos de verticalização que estão ocorrendo no município e sobre como a população reage a esses processos, reforçando a necessidade de existir esforços para que exista uma orientação do desenvolvimento em regiões certas, citando como

exemplo a construção de imóveis destinados à população de alta renda nas proximidades de estações de metrô, sendo que essa população não necessariamente utiliza este meio de transporte, sendo necessário viabilizar a construção de Habitação de Interesse Social nessas áreas, permitindo o acesso dos moradores ao transporte público; a segunda questão levantada foi em relação à divulgação de informações sobre questões urbanísticas, como os tipos de zonas existentes, para possibilitar a participação e tomada de decisão de maneira efetiva por parte da população nos debates sobre o assunto, além de sugerir que a escala de trabalho seja diminuída para possibilitar que as contribuições sejam escutadas. **11)** Em seguida, o Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sra. Simone Aparecida dos Santos Oliveira, que retomou as questões apresentadas anteriormente pelos conselheiros, e questionou quais são as localidades dos pontos de pesquisa e como estes foram decididos, se foi com base na metodologia anterior, e em relação à Macrorregião Norte 2, questionou qual a parcela da população que foi escutada no processo, destacando que a participação pelas plataformas disponibilizadas ocorre pela população politicamente ativa, que é uma parcela pequena da população, questionou se a maior parte da população, com sua multipluralidade, está sendo escutada nesse processo, considerando os problemas existentes nas regiões e periferias, e também considerando a real população dessas regiões; ressaltou que o ponto que deve ser questionado no processo de revisão do PDE é qual parcela da população está sendo ouvida e como estas demandas estão sendo atendidas, também destacou que as entrevistas nos terminais se limitam a adquirir informações apenas das pessoas que transitam por estes locais e estão nas proximidades, podendo ser respostas de cunho político, e não próximas à realidade, sendo necessária a revisão dessas questões para que exista a maior aproximação da realidade das regiões do município, além de ser necessário a divulgação das informações acerca do Plano Diretor, também destacou que os representantes do CPM são responsáveis por realizar essa divulgação e garantir que a revisão se aproxime da realidade, e não seja uma revisão política, com base apenas na participação de pessoas selecionadas, existindo uma diferença entre a participação de pessoas dependendo da região; finalizou reforçando que deve ser revisto o processo de participação, e que a quantidade de 12 mil participantes é baixa se comparada à população do município para a realização da revisão do PDE. **12)** O Sr. Alexandre Pires

agradeceu e passou a palavra para a Conselheira suplente da Associação dos Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança - ASSAMPALBA, Sra. Renata Esteves, que informou sobre a dificuldade para concluir a votação no processo eleitoral do CADES, mesmo contando com o auxílio de funcionários da Subprefeitura do Butantã, e em diálogo com a fala da Conselheira titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT, Sra. Sandra Ramalhão, ressaltou que mais pessoas possuem dificuldades durante o processo participativo, além das pessoas com deficiência e com baixa escolaridade, sendo um problema além dessas questões, reforçou a fala do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), de que é necessário que seja garantida a participação efetiva de todas as pessoas. **13)** Em seguida, o Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes, que informou que apesar de ter sido orientado, o Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Ferreira, que é deficiente auditivo, não conseguiu habilitar as legendas da reunião, fato que impossibilitou sua participação, e ressaltou a fala da Conselheira titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT, Sra. Sandra Ramalhão, sobre as dificuldades de participação na escala da reunião do CMPU em comparação com a escala municipal; retomou a fala da Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, sobre a divulgação para a população do processo de revisão, informou que está acompanhando as audiências temáticas e que a participação nestas reuniões não é alta, existindo a necessidade da apresentação de um diagnóstico real e aprimorado, e em relação à divulgação em redes sociais do processo de revisão do PDE, sugeriu que a SMUL realizasse uma análise sobre quantas subprefeituras estão realizando a divulgação deste processo nas redes sociais, justificando que o Guia Participativo indica os canais de comunicação das subprefeituras como meios de divulgação e participação; outra questão retomada pela conselheira foi a do perfil dos participantes das enquetes já realizadas, questionando a validade estatística sem realizar a classificação do perfil dos entrevistados, como faixa etária e local de moradia; a terceira questão apresentada pela conselheira foi em relação à não vinculação da Filipeta Digital com a Nota Técnica encaminhada aos conselheiros, fazendo com que não exista uma orientação quanto ao preenchimento da Filipeta em relação aos objetivos

propostos em 2013, destacando que esse canal de participação foi prejudicado devido a falta de adaptação da metodologia utilizada anteriormente. 14) Na sequência, o Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, que retomou sua fala referente ao pedido de maiores explicações sobre a Nota Técnica, pedindo mais informações sobre as especificidades de como responder a Filipeta Digital, considerando que estas informações não foram apresentadas anteriormente pelo Chefe de Gabinete da SMUL. 15) Em seguida, o Sr. Alexandre Pires passou a palavra para o Secretário de SMUL, Sr. Cesar Azevedo, que agradeceu a participação dos conselheiros, reforçando a importância da participação deste conselho; iniciou respondendo sobre a inclusão no processo de revisão, que é um dever da administração garantir a participação da população de maneira democrática, informou que estão sendo realizadas ações que garantam a maior quantidade de pessoas no processo, que as audiências públicas terão tradução em libras e que a plataforma Participe + é acessível; em relação à eleição do CADES, informou que foi um problema pontual na plataforma, que foi corrigido pela equipe responsável; sobre as plataformas de participação, informou que além do Participe Mais, existem outras ferramentas digitais como o site Gestão Urbana, Plano Diretor SP, e as redes sociais, como o *Instagram* e *Youtube*; sobre a Nota Técnica, informou que o objetivo desta é informar as diferenças entre a Filipeta Digital atual da utilizada em 2014, justificando que a metodologia de 2013 e 2014 está sendo utilizada novamente por tratar-se de um processo de revisão do Plano Diretor, sendo realizado um aprimoramento para a realidade atual; sobre a questão da busca ativa, o Secretário explicou que trata-se de uma série de ações, destacou a importância da participação de mais pessoas, e informou que o ponto inicial foram os terminais de transporte público, e ainda seriam realizadas entrevistas nos 96 distritos do município, reforçando sobre a necessidade da participação da população em geral, mas que também se faz necessária a participação de entidades, fundações e institutos através de oficinas e reuniões temáticas, existindo diferentes canais e momentos de discussão, para que existam diferentes propostas para o município, justificou citando a fala da Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sra. Simone Aparecida dos Santos Oliveira, que existe a necessidade de realizar a divulgação nas ruas da cidade para informar a população sobre a importância do Plano Diretor no município, se tratando de

apenas uma das ações, e complementou informando que as audiências públicas possuem o objetivo de levantar informações e contribuições sobre questões que necessitam de revisão e apresentar o que já foi produzido no processo, incluindo uma audiência voltada para a devolutiva das questões levantadas, também reforçou que o processo é compartilhado, e não unilateral, que existe um trabalho realizado pela equipe técnica da SMUL de elaboração de propostas para a apresentação aos conselheiros, como o que foi apresentado anteriormente na reunião; informou que existem momentos durante o processo de revisão, como as reuniões e a comissão criada, destinados para sanar problemas de falta de comunicação e outros, sendo necessários momentos de ajuste também, citando como exemplo a própria revisão do PDE; em relação a questão de participação do Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2, Sr. Ademilson Ferreira, informou que a equipe da Secretaria Executiva do CMPU estava em contato para orientá-lo sobre os procedimentos para que fosse possível sua participação na reunião; sobre o perfil dos entrevistados pela Busca Ativa, informou que não houve a seleção de perfis específicos para a realização das entrevistas, que a Busca Ativa é direcionada para qualquer cidadão, apresentando o que é o Plano Diretor e garantindo que qualquer cidadão participe do processo, informou também que nas oficinas e reuniões temáticas, o conteúdo é direcionado de acordo com o segmento; em relação a transparência, informou que os conteúdos foram apresentados durante as reuniões do CMPU, como a apresentação na 63ª Reunião Ordinária, discussão da resolução durante a 64ª Reunião Ordinária, sendo aprovada na reunião seguinte com as sugestões apresentadas pelos conselheiros, consistindo em uma série de ações para a adequação de acordo com as sugestões apresentadas pelos conselheiros, reforçou que não há a exclusão de participantes e segmentos do processo, existindo um cronograma de ações que estão sendo seguidas, complementou que a enquete não é o único meio de participação, existindo outros instrumentos para os diálogos com a sociedade, e finalizou que houve o aperfeiçoamento da metodologia de 2013 para o cenário atual, com a inclusão das enquetes por exemplo, permitindo mais participação durante o processo; sugeriu, por fim, o encaminhamento para o Chefe de Gabinete da carta contendo as sugestões e críticas dos conselheiros sobre o material que foi encaminhado sobre a metodologia, para a consolidação e apresentação, possibilitando dar continuidade às discussões. **16)** Na sequência, o Sr. Alexandre Pires passou a palavra para o Chefe de

Gabinete da SMUL, Sr. Roberto Baviera, que complementou sobre a Busca Ativa, informando que além dos terminais de transporte público, o objetivo é realizar a pesquisa em locais de grande circulação, citando os exemplos do CEU Perus, CEU Paz, Paraisópolis, bairro da Cratera na zona Sul, que se trata de uma das regiões mais distantes do centro da cidade; prosseguiu com a apresentação das oficinas e audiências públicas, informando que o material apresentado encontra-se no caderno sobre a metodologia de 2021; sobre as oficinas, informou que a ideia inicial era realizá-las de maneira virtual, porém, durante as reuniões do comitê de acompanhamento do CMPU, foi sugerido que as oficinas fossem realizadas presencialmente, que foi acolhida, tratando-se de um modelo híbrido por causa das transmissões ao vivo, e estas serão realizadas através de um recorte territorial de acordo com as subprefeituras, contando com a presença de um Coordenador Geral, o Subprefeito, um Coordenador de Conteúdo da equipe de PLANURB de SMUL, e Mediadores para auxílio será apresentado um vídeo de contextualização sobre o que é o Plano Diretor e o que será discutido, seguido pela apresentação da equipe técnica de PLANURB, se aproximando das apresentações realizadas nas reuniões temáticas, e na sequência, será realizada a divisão dos participantes por território e eixos temáticos em salas, informou que, por esta questão, estão ocorrendo tratativas para que as dinâmicas ocorram nos CEUs, e que nestas salas, estarão presentes pessoas especializadas para a realização das discussões, contendo a apresentação da Filipeta no modelo físico, debate sobre o tema específico, realização da dinâmica para participação, recolhimento das contribuições, fechamento de uma proposta com o mediador e retomada da reunião com todos os participantes para um fechamento, com a abertura para falas e contribuições, inclusive as feitas pelo Participe Mais, finalizando com o registro de todo o material gerado pela oficina para análise e sistematização; ressaltou que o processo de participação se aproxima do utilizado em 2013, contando com a incorporação de ferramentas que possibilitem a participação à distância; após o fim das oficinas, informou que o material deverá ser sistematizado pela equipe técnica de PLANURB, gerando uma minuta para discussão em audiências públicas, passando também CMPU, de acordo com o cronograma já definido e apresentado ao CMPU anteriormente, e as audiências consistem em plenárias de maior escala, podendo ser realizadas nos CEUs também, e respeitando todos os protocolos sanitários decorrentes da pandemia de COVID 19, onde será realizada a apresentação do vídeo

sobre a contextualização do PDE, a apresentação técnica pela equipe de PLANURB, seguida pela leitura da minuta do texto, divulgada previamente, apresentando os pontos principais de alteração, seguida pela discussão de acordo com os eixos temáticos, abertura para manifestações por Macrorregião, retorno para análise e sistematização das informações pela equipe técnica de PLANURB e realização a nona audiência, de devolutiva das questões, onde será apresentada a minuta final do texto, e informou que os detalhes sobre onde ocorrerá essa reunião ainda estão sendo decididos, considerando a pandemia, mas que a previsão é que ocorra entre final de outubro e novembro, de acordo com o calendário; sintetizou que foi apresentado um modelo geral, onde a tendência é que ocorram reuniões híbridas, e informou que os documentos sobre a evolução do processo serão apresentados ao CMPU. 17) O Sr. Alexandre Pires agradeceu, e antes da abertura para as considerações, a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, sugeriu que fosse realizada a apresentação do terceiro bloco da apresentação; em resposta, o Chefe de Gabinete, Sr. Roberto Baviera, esclareceu que, em virtude da existência da carta dos membros da sociedade civil do CMPU sobre a metodologia do processo participativo, optou-se por apresentar em conjunto as oficinas e audiências públicas, informando que se os conselheiros preferirem, a leitura da carta poderia ocorrer antes ou depois das contribuições e sugestões sobre o conteúdo apresentado; o Sr. Alexandre Pires informou que foi apresentada a Filipeta Digital, as oficinas e as audiências públicas; e prosseguiu passando a palavra para a Conselheira suplente da Associação dos Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança - ASSAMPALBA, Sra. Renata Esteves, que questionou se não haveria a apresentação de algum outro conteúdo, que foi confirmado pelo Sr. Alexandre Pires, e prosseguiu realizando a leitura da primeira parte da carta elaborada pela sociedade civil não empresarial do CMPU, pedindo para que, em seguida, a palavra fosse passada para a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, para que prosseguisse com a leitura da carta; informou que a carta é datada do 16 de setembro de 2021, dirigida à Coordenação do CMPU, contendo o seguinte conteúdo:

“Vimos por meio desta trazer a avaliação dos conselheiros representantes da sociedade civil não empresarial no CMPU abaixo assinados, sobre a metodologia de revisão do

Plano Diretor Municipal apresentada pela prefeitura, bem como apresentar uma contraproposta para a redefinição das etapas necessárias.

1) Sobre a contratação da FDTE para elaboração do Diagnóstico da Revisão do Plano Diretor de São Paulo:

No Agravo de Instrumento nº 2194693-19.2021.8.26.0000 em Ação Popular que suspendeu liminarmente a contratação da FDTE com dispensa de licitação, a Prefeitura defende a regularidade e a necessidade da contratação da FDTE dizendo que:

- a) A suspensão traz graves prejuízos ao interesse público, impedindo que o Município cumpra o prazo do art. 4º parágrafo único da Lei 16.050/2014, de revisão do PDE;
- b) A revisão é um processo complexo, então optou-se por buscar apoio técnico na FDTE “para as atividades determinadas e específicas a serem desenvolvidas, considerando-se a sua complexidade e as características envolvidas.”;
- c) Com a contratação, o Município busca na FDTE apoio e auxílio para a revisão do PDE, por meio de estudos, avaliações e análises, incluindo fornecimento de “subsídios para a avaliação dos potenciais aprimoramentos necessários, inclusive para enfrentamento dos desafios supervenientes, como os decorrentes dos impactos da Pandemia do Covid -19” e “Suporte técnico para avaliação e complementação do Diagnóstico elaborado pela Administração Pública”;
- d) À PLANURB não cabe essas atribuições, afirmando que os serviços técnicos contratados com a FDTE, de análise e sistematização de dados do desempenho da política urbana, não se confundem com o monitoramento da implementação do PDE que a própria Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento realiza por meio da PLANURB.

Apesar dessas afirmações no processo judicial em curso e da suspensão judicial da execução desse trabalho considerado imprescindível pela Administração Pública, a Prefeitura continua promovendo atos para a revisão do PDE.

Desta forma, as próprias justificativas da prefeitura sobre a necessária contratação da FDTE para a realização do Diagnóstico, nos faz concluir que NENHUMA etapa participativa, sobretudo as que se referem a coleta de propostas e sugestões para a revisão do Plano Diretor, podem acontecer sem a conclusão e apresentação deste diagnóstico.”. Na sequência, a palavra foi passada para a Conselheira titular do Instituto

de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, que prosseguiu a leitura do conteúdo da carta:

“2) Sobre o CMPU como Núcleo Gestor da Revisão do marco regulatório:

O Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU tem seu fundamento constitucional na gestão participativa da cidade, disciplinada no Estatuto da Cidade, com suas atribuições relacionadas no art. 392 da Lei 16.050/2014, sendo, pois, sua vocação atuar como Núcleo Gestor da Revisão Participativa do PDE.

O rito utilizado na revisão do Plano Diretor de 2014, citado na pág. 14 do Guia Metodológico dos Processos Participativos, deveria estar sendo repetido na revisão parcial:

“Já em relação aos GTs - compostos apenas na revisão do Plano Diretor Estratégico - o cronograma e as pautas foram definidos no início dos trabalhos. Os produtos pactuados no GT Processo Participativo, como regra, eram apresentados para ciência no Pleno do Conselho. Já os produtos produzidos no GT Conteúdo, via de regra, foram levados para discussão ampliada do Pleno do Conselho.”

O CMPU, contudo, não está participando ativamente da composição de conteúdos nem da definição das atividades participativas. Por quê?

Nenhuma metodologia utilizada passou pela avaliação do CMPU até o momento.

- **Metodologia do processo participativo como um todo**
- **Enquetes realizadas nas ruas**
- **Enquetes online**
- **Filipeta de Contribuições**
- **Reuniões temáticas** - além de não passar pelo CMPU não estão sendo divulgadas corretamente. Conselheiros do CMPU e entidades cadastradas enviaram e-mails com questionamentos sobre a forma de participação e não receberam resposta.

3) Sobre o Guia do Processo Participativo Revisão PDE 2021, encaminhado pela Prefeitura Municipal:

Inicialmente o Guia aponta a seguinte informação sobre a aplicação do atual PDE:

“São inquestionáveis as conquistas do atual PDE: habitação de interesse social, cota de solidariedade, fachada ativa, eixos de estruturação da transformação urbana e função social da propriedade, entre outros instrumentos que vêm transformando a cidade nos últimos 7 anos.”

Com base em que é feita essa informação? Há muito questionamento sobre todos esses instrumentos, que precisam ser debatidos e analisados tecnicamente. Por isso a importância do diagnóstico, que não foi apresentado nem debatido com a sociedade até o presente momento.

Não há como iniciar nenhuma coleta de propostas com a população se o diagnóstico do Plano Diretor não foi debatido com profundidade com a sociedade. Isto inviabiliza todos os procedimentos realizados pela prefeitura até o presente momento.

O Guia menciona ainda que, as reuniões temáticas, oficinas e audiências públicas serão abertas a todos os interessados. A página 'Agenda' do portal planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br não mostra, contudo, informações sobre as próximas ações, exceto a data e hora de duas reuniões temáticas, além dos eventos já ocorridos.

Como a sociedade civil e a população poderá se organizar para participar dessas reuniões,

oficinas e audiências sem a divulgação com a devida antecedência e demais informações?

Sobre a metodologia apresentada, apontamos as seguintes considerações:

3.1 Reuniões temáticas abertas

- A metodologia não foi pactuada no CMPU;
- A agenda não foi informada no CMPU;
- Não houve ampla divulgação e entidades cadastradas, conselheiros do CMPU e demais conselhos municipais não foram informados;
- Estas reuniões foram iniciadas sem a apresentação de um diagnóstico no qual a sociedade deve se basear para fazer propostas.
- Não há especificação de quais redes sociais, para além da página de revisão do Plano Diretor Estratégico, serão utilizadas para convocação e divulgação das Reuniões (p. ex, p. 7 do Guia: “inclusão nas redes sociais, tanto da revisão do Plano quanto de SMUL”).*

3.2 Oficinas

- O calendário dessas oficinas não foi apresentado nem pactuado no CMPU;
- A realização de todas as oficinas necessárias, temáticas e territorializadas, não se viabiliza no prazo proposto pela resolução;
- Não está claro a quantidade, o número de pessoas, e o formato, híbrido ou remoto, dessas oficinas.

- Se se trata de oficinas presenciais, como garantir segurança no atual contexto da pandemia onde a maioria da população ainda não foi imunizada com as duas doses da vacina?
- Oficinas propositivas não podem ser iniciadas sem a apresentação de um diagnóstico no qual a sociedade deve se basear para fazer propostas.

3.3 Audiências Públicas por Macro-regiões:

- O calendário das Audiências não foi apresentado nem pactuado no CMPU;
- A realização de todas as audiências necessárias, temáticas e territorializadas, não se viabiliza no prazo proposto pela resolução;
- Não está claro a quantidade, o número de pessoas, e o formato, híbrido ou remoto, dessas audiências.
- Se se trata de audiências presenciais, como garantir segurança no atual contexto da pandemia onde a maioria da população ainda não foi imunizada com as duas doses da vacina?
- Não foram propostas audiências temáticas;
- Não foram propostas audiências devolutivas, fundamental para o debate com a sociedade.

3.4 Plataformas Eletrônicas:

- A plataforma Participe+ se mostrou ineficiente na eleição do CADES. Como garantir sua eficácia na revisão do PDE?
- Como viabilizar o acesso à população com restrições de conexão, sobretudo a população mais pobre e residente de periferias não abastecidas por redes de conexão eficientes?
- A consulta pública feita exclusivamente de forma escrita e digital inviabiliza a participação de parte significativa da população.

3.5 Ficha de Registro de Propostas:

- Os objetivos expostos precisam ser os objetivos do PDE, não podem ser apresentados com intenções prévias do que a atual gestão objetiva para a revisão do Plano Diretor.
- Desta forma, concluímos que a metodologia apresentada é insuficiente para garantir o pleno exercício do processo democrático, não está seguindo as diretrizes do atual Plano Diretor que coloca o CMPU como instância principal deste processo e não se viabiliza no

calendário proposto pela Prefeitura Municipal. Assim, sugerimos que a metodologia e o calendário sejam refeitos, na plenária do CMPU, a fim de incorporar as seguintes etapas:

- Elaboração e definição, em plenária do CMPU, da metodologia participativa e calendário detalhado;
- Apresentação prévia do diagnóstico ao CMPU, bem como dos trabalhos realizados pela FDTE, em conformidade com a legislação e as solicitações do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- Apresentação, análise e debate sobre o Diagnóstico com a população em oficinas temáticas e audiências públicas temáticas e regionais;
- Levantamento de Propostas de revisão, através de oficinas regionais;
- Devolutiva para a sociedade sobre as propostas apresentadas e sua inclusão ou não na proposta de revisão com fundamentação técnica;
- Debate sobre a minuta do projeto de lei da revisão, através de audiências públicas por subprefeitura e diálogos abertos.

Atenciosamente,

Conselheiros representantes da Sociedade Civil no CMPU:

Edilson Henrique Mineiro - MST Leste 1

Julieta Aparecida Tolentino de Abraão - Associação Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste

Osmar Silva Borges - Associação Amigos do Jardim Ipanema

Vani Poletti - ULC

Simone Gatti e Gabriela de Mattos - IABsp

Danielle Cavalcanti Klintowitz e Henrique Frota - Instituto Pólis

Viviane Manzione Rubio e Paulo Olivato - FAU Mackenzie

Renata Esteves de Almeida Andretto e Roberto Rolnik Cardoso - (ASSAMPALBA)

Carlos Cruzelhes Filho - Sociedade Amigos do Planalto Paulista (SAPP)

Sandra Ramalho - titular representante do CMTT

Mariana Ferraz Kastrup e Helena Magozzo _ Viva Pacaembu por São Paulo

Wellyene Bravo e Alexandre Marx- CPM Sul 2

Stela de Camargo Da Dalt e Francisco Claudio do Nascimento - CPM Macrorregião Centro

Durval Tabach e Rosangela Sivente - CPM Macrorregião Sul 1

Simone Aparecida dos Santos Oliveira e Francisco João Moreirão de Magalhães – CPM

Macrorregião Norte 2

Marina Correa da Silva e Fernando Rangel – CPM Norte 1

Maurício de Oliveira e Maria Angélica de Oliveira - CPM Macro Região Oeste

Elodia Fatima Filippini e Osni Pandori - Macrorregião Leste 1

Ademilson Ferreira da Silva e Maria Aparecida Nunes - CPM macrorregião Leste 2”;
finalizou informando que o documento seria encaminhado ao CMPU após a finalização da reunião.

18) O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, que agradeceu a leitura do documento pelas conselheiras, informou que este foi elaborado em conjunto, e abordou a questão sobre a ficha de registro que foi apresentada de maneira sintética, contendo apenas objetivos selecionados do Plano Diretor, e não todos, destacou que a carta elaborada pelos conselheiros da sociedade civil apresenta que não deveria ter ocorrido essa seleção, que todos os objetivos deveriam ter sido apresentados, considerando que existem itens importantes que não foram abordados, como participação popular e sustentabilidade, e este fato pode gerar uma abordagem enviesada. **19)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para o Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, que informou sobre uma recomendação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a ser encaminhada para o Prefeito, cujo teor está alinhado à posição defendida pelos conselheiros da sociedade civil do CMPU, informou também que além das recomendações, a Defensoria solicitou informações, e pediu que essas informações sejam apresentadas ao CMPU também. **20)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para o Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), que ratificou o conteúdo da carta, e abordou a questão da metodologia adotada no processo de revisão do Plano Diretor, em que argumentam que se trata de uma metodologia diferenciada em virtude de estar sendo realizado um trabalho de revisão, e não elaboração de um plano novo, informou que não existe uma delimitação sobre o que será de fato revisado, dificultando a extensão da revisão, sendo necessário garantir a máxima participação no processo, destacando que o processo de

revisão tem início no poder executivo e é concluído no poder legislativo, sendo que os vereadores possuem autonomia para realizar alterações, e considerou ser necessário, por cautela, garantir o mesmo nível de participação no processo, sendo que a revisão não pode ser tratada como um diminutivo do processo de elaboração, e sim, um momento de análise dos objetivos implementados e de sugestões de alteração; o segundo aspecto abordado foi em relação à existência de um sistema de participação no Plano Diretor, que inclui uma conferência da cidade em processos de grande impacto, como a revisão do plano, existindo uma diferença entre conferências e audiências públicas, sendo que as audiências são, por natureza jurídica, atos unilaterais da administração pública com caráter consultivo, enquanto as conferências são espaços de pactuação podendo ter caráter deliberativo; finalizou resumindo suas considerações, e registrou que em consideração ao princípio de segurança jurídica, em termos de não existir um retrocesso na participação social, deveriam ser garantidas ao menos as mesmas etapas do processo participativo da elaboração do plano, ressaltou que, para os conselheiros que assinaram a carta, não existe a necessidade de finalização do processo de revisão no final do ano, devendo ser estendida, inclusive para a garantia de melhores condições sanitárias para a realização das atividades, a segunda questão sobre a avaliação da realização de uma conferência da cidade, no formato que foi realizada no processo de elaboração do plano, para a pactuação efetiva do texto e não apenas a apresentação na consulta pública, solicitou também uma reunião do CMPU contendo a devolutiva das questões abordadas na presente reunião, em que seja apresentado ao conselho quais contribuições foram incorporadas, informando que é necessária a apresentação de um contraditório, ressaltou que todo processo administrativo deve respeitar o princípio do contraditório, onde deve ser elaborada uma análise e um produto que considere as sugestões, caso o contrário, o processo torna-se unilateral. **21)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para o Conselheiro suplente do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, que falou sobre a questão de tratar-se de uma revisão do Plano Diretor, mas que não existe um diagnóstico para orientar essa revisão, sendo necessário para o conhecimento de questões que funcionaram; referente à Busca Ativa, ressaltou que, conforme foi indicado durante a apresentação do Chefe de Gabinete, além das entrevistas, ocorre a orientação sobre a participação no processo de revisão do Plano Diretor e o direcionamento para o

Participe +, e ressaltou que as contribuições por este canal apresentam caráter de zeladoria, não se aproximando ao tema do Plano Diretor, concluindo que essa orientação pode levar a população ao erro, de acordo com as propostas analisadas; informou que deve ser considerado se existe a necessidade da contratação da empresa para a elaboração do diagnóstico, ressaltou que o diagnóstico deve antever a fase das propostas, considerou que sem o diagnóstico, o trabalho realizado não é útil, propôs que fosse cancelado o processo, e expôs que considera que a população não está participando efetivamente do processo, e a partir da elaboração de um diagnóstico, com a discussão sobre a metodologia das consultas públicas, os trabalhos serem retomados; informou que o cumprimento dos prazos não é uma justificativa, considerando a manifestação do Ministério Público que indica sobre não ser possível cumprir com os prazos para seguir com as normas, e também informou sobre um processo da Câmara sobre o adiamento do processo de revisão, e concluiu ressaltando a importância de ser realizada a análise da metodologia do processo participativo e da elaboração de um diagnóstico para dar bases à revisão do Plano Diretor. 22) O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do FAU MACKENZIE, Sra. Viviane Manzione Rubio, que abordou a questão das redes sociais, expondo a quantidade de pessoas que acompanham em comparação com a população total do município, destacou ser necessário realizar a construção e discussão de uma nova metodologia, com a utilização de metodologias científicas, considerando o tempo decorrido do cronograma, informações do diagnóstico, e recomendações do Ministério Público e da Defensoria Pública, que indicam que existem irregularidades e problemas no processo, destacou também a questão de estar ocorrendo discussões mas sem que exista a evolução do processo, tornando-se moroso, sendo preciso reconhecer a necessidade de elaborar do início o processo de revisão do Plano, considerando que existem indicações de que não é necessária a finalização da revisão ainda em 2021, possibilitando a revisão do processo participativo, já que a revisão do Plano Diretor é um assunto complexo. 22) O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Instituto Pólis, Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz, que retomou a fala do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), abordando que o processo democrático, de acordo com o solicitado pelo Ministério Público, demanda discussões e o desenvolvimento das propostas, não sendo

um processo unilateral de apenas apresentações; reiterou o pedido do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), sobre a necessidade da realização de uma reunião extraordinária do CMPU com a discussão sobre as sugestões feitas, e a devolutiva contendo argumentos técnicos sobre o que foi ou não incorporado, e também retomou a questão sobre a possibilidade de ser discutido o processo desde sua fase inicial em janeiro, ou se a discussão é a partir do momento atual com a apresentação da Filipeta. 23) O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Movimento de Moradia 2, Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, representante da Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste, que retomou a fala da Conselheira titular do Instituto Pólis, Sra. Danielle Klintowitz, sobre a maneira como está sendo guiado o processo, e também reforçou o pedido do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1) sobre a necessidade de uma reunião devolutiva, informou também sobre a melhora da divulgação do processo de revisão para o CMPU, possibilitando um melhor debate, e solicitou ao Secretário maiores informações sobre o que está sendo feito, considerando as discussões e sugestões feitas durante as reuniões; finalizou reforçando a necessidade de se garantir a participação da população no processo de revisão do Plano Diretor, respeitando também o papel dos conselheiros do CMPU. 24) O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, que demonstrou apoio às contribuições anteriores, e abordou a questão das enquetes que estão sendo realizadas em conjunto com a São Paulo Turismo - SPTuris, questionando que não foi apresentado ao CMPU qual tipo de abordagem está sendo realizado, com o objetivo de divulgar o que é o Plano Diretor, apresentando-se como uma falha do poder público, por ter conhecimento da necessidade de divulgar realizar a revisão do Plano Diretor, já que se trata de um instrumento que foi concebido em 2014 com o objetivo de ser apropriado pela população; em relação às reuniões temáticas, informou que gera preocupação a utilização do mesmo modelo nas audiências públicas, devido ao fato de existir um grande tempo sendo apresentada a legislação, e a parte do monitoramento é mínima, observou também que é apresentado nas reuniões temáticas que os objetivos e diretrizes do Plano Diretor não serão alterados, apenas

serão aperfeiçoados os instrumentos estabelecidos pelo PDE, e no monitoramento não são apresentados quais são os instrumentos e como poderão ser aprimorados em conjunto com as discussões com a sociedade civil, sendo necessária a apresentação de um diagnóstico que possibilite as discussões; informou que na página do Plano Diretor SP existe uma seção onde são apresentadas cinco etapas referentes à revisão do plano, a primeira etapa trata-se do diagnóstico e avaliação dos resultados positivos e negativos do atual PDE, e após essa etapa, serão aceitas as propostas da população, sistematização e discussão pública; finalizou sintetizando sobre a necessidade de revisão do modelo de apresentação das reuniões temáticas e os roteiros das abordagens que estão sendo realizadas, reforçando a necessidade também de apresentação dessas informações ao CMPU para garantir que o processo seja transparente. **25)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para o Conselheiro titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, que informou que, apesar da indicação no Guia Participativo de que as subprefeituras e os conselhos participativos estariam envolvidos no processo, após questionar a equipe da Subprefeitura e o Subprefeito da Vila Mariana sobre o desenvolvimento desse processo, obteve a informação de que ainda não existia ações neste sentido, e destacou sobre sua preocupação sobre haver tempo hábil para o desenvolvimento das atividades em conjunto com os conselhos participativos. **26)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, que informou sobre a necessidade da realização de debates em conjunto com o CMPU sobre os materiais e a forma de condução das oficinas e reuniões temáticas, e pediu mais informações sobre o processo participativo na Subprefeitura da Sé ao Conselheiro suplente das Prefeituras Regionais Macrorregião Centro, Sr. Rodolpho Furlan Domingues, já que este é o Chefe de Gabinete da subprefeitura, ressaltando a preocupação sobre o tempo que será demandado e a necessidade de um diagnóstico. **27)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sra. Simone Aparecida dos Santos Oliveira, que informou que existem 7 CEUs no total na Macrorregião Norte 2, e não apenas os dois citados na apresentação, se tratando de uma abrangência maior do que o alcance dos CEUs citados; informou também que os conselheiros tanto dos CPMs quanto do CMPU apresentam interesse em participar de

fato de todas as etapas da revisão do Plano Diretor, e não apenas realizar o acompanhamento do processo através das apresentações, sendo necessária a atuação efetiva dos conselheiros nas oficinas, retomando a contribuição anterior sobre o papel dos conselheiros e sobre a necessidade de um diagnóstico. **28)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu a participação e passou a palavra para a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, que reiterou a solicitação do Conselheiro titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, representante do Movimento de Moradia Sem Terra - Leste 1 (MST Leste 1), sobre a necessidade da realização de uma reunião devolutiva contendo a resposta de cada um dos pontos abordados na carta apresentada pelos conselheiros da sociedade civil, não se tratando apenas das respostas, mas sim uma análise com a apresentação de uma nova proposta, e também ressaltou a necessidade de ser abordada a questão da contratação da FDTE sem licitação, que foi questionada judicialmente, justificando que se houve a necessidade de contratação, seria necessário também a apresentação do diagnóstico previamente ao início do processo. **29)** Não havendo mais inscrições, o Sr. Alexandre Pires passou a palavra para o Presidente Cesar Azevedo, que agradeceu as participações, demonstrou que as preocupações apresentadas são legítimas e que o compromisso da Prefeitura é garantir a participação da população no processo; informou que as perguntas e sugestões não são respondidas de maneira genérica, citando como exemplo a utilização das sugestões para a alteração de uma resolução do CMPU, sendo que essas propostas são utilizadas para o desenvolvimento de políticas públicas para o município em conjunto com a sociedade civil, tratando-se de um processo saudável para auxiliar o poder público na construção de uma agenda da Prefeitura, em especial, da SMUL; retomou a questão abordada pela Conselheira titular do Instituto Pólis, Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz, sobre refazer etapas já passadas, informando que se for necessário discutir essas etapas, não existirá prejuízo, sendo válidas as contribuições já feitas pela população; informou que está sendo proposto um processo participativo de revisão que tem como base o processo realizado na elaboração do Plano Diretor com adaptações, como a utilização de meios digitais; em relação ao prazo definido, informou que se for necessário o adiamento do cronograma, isso será proposto, e que até o momento, não foi observada a necessidade da prorrogação, devido ao desenvolvimento do processo sem prejuízos nas discussões, e em relação à suspensão do contrato com a

FDTE, informou que o diagnóstico está sendo desenvolvido em conjunto com a sociedade civil, existindo momentos definidos para o desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor; informou também que não recebeu ainda a recomendação da Defensoria Pública Municipal, e que assim que receberem, ela será atendida, assim como todos os questionamentos e cartas são respondidos; ressaltou que a atuação do conselho é efetiva, citando como exemplos a deliberação da resolução, cronograma e processo de revisão; sobre as reuniões regionais eventualmente a Subprefeitura da Vila Mariana não tem ainda informações porque quem está coordenando é a Subprefeitura do Ipiranga, que é dividida por macrorregiões, mas assim como esta no cronograma que foi pactuado e votado pelo Conselho todas as subprefeituras terão participação nesse processo de revisão e que no momento adequado, todas as equipes terão a preparação acerca dos processos; sobre a questão abordada pela Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, sobre a predominância da apresentação da legislação nas reuniões temáticas ao invés do monitoramento, informou que não há problemas em existir o aprofundamento do monitoramento nas apresentações, que está disponível nas plataformas digitais, e destacou que o espaço das reuniões do CMPU tem o objetivo de realizar o aperfeiçoamento em conjunto do processo; em relação à carta encaminhada pelos conselheiros, garantiu que será respondida à todos os conselheiros do CMPU em sete dias a partir da data de recebimento; informou que não apenas durante a próxima reunião serão abordados a metodologia e o processo participativo da revisão, mas que no decorrer do ano, todas as sugestões e pontos que necessitam ser aperfeiçoados e inseridos no processo serão levados em consideração; por fim, agradeceu a participação e contribuições realizadas pelos conselheiros. 30) Na sequência, o Sr. Alexandre Pires informou sobre a inscrição de mais quatro conselheiras, propôs que sejam feitas as considerações para a finalização da reunião; com a palavra, a Conselheira titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, abordou a colocação do Secretário sobre a resolução, informando que os conselheiros do CPM propuseram uma nova proposta de calendário, que não foi apresentada ao CMPU e nem considerada na minuta de resolução, informando que apesar de terem utilizados algumas sugestões, o processo deu de maneira unilateral, destacou que nas votações sobre a resolução, a sociedade civil não concordou com o proposto, e que durante a 65ª Reunião Ordinária, em que a

resolução foi pauta de reunião, foi proposta a inclusão de dois parágrafos em um artigo, mas que não ocorreu uma devolutiva motivada e justificada, de acordo com o regramento dos atos administrativos; finalizou sugerindo que para as oficinas, o material deve ser encaminhado com antecedência, e conter detalhadamente o que já foi realizado no âmbito da subprefeitura, que sejam realizadas divididas por distritos dentro da subprefeitura, e de maneira adequada, permitindo que a população tenha conhecimento sobre as demandas que são adequadas para a revisão do Plano Diretor, e reforçou a necessidade da realização de uma reunião com a devolutiva sobre as sugestões realizadas na presente reunião. **31)** O Sr. Alexandre Pires passou a palavra para a Conselheira titular do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo - IAB-SP, Sra. Simone Ferreira Gatti, que, apesar da resposta do Secretário afirmando que a participação é importante, informou sobre o descontentamento dos conselheiros do CMPU em relação à maneira que o poder público está desenvolvendo a revisão do Plano Diretor, apresentada através da carta assinada por 34 conselheiros, e considerou que não é dada a devida relevância a esse descontentamento, utilizando como exemplo a aprovação de um documento com a oposição dos 34 conselheiros; sintetizou informando que considera problemático o fato de propostas apresentadas por conselheiros da sociedade civil não empresarial ao CMPU serem desconsideradas, pelo fato deste ser um conselho representativo da cidade, que possui diversos segmentos, e considerou ser relevante a realização de uma reunião com a devolutiva sobre o conteúdo da carta encaminhada, e não apenas uma resposta por escrito, para que seja realizada em conjunto a reestruturação do cronograma com as etapas consideradas relevantes. **32)** O Sr. Alexandre Pires passou a palavra para a Conselheira titular do Movimento de Moradia 2, Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, representante da Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste, que reforçou que gostaria da confirmação do Secretário em relação à convocação de uma reunião em 7 dias para a devolutiva do documento, e não apenas o retorno por escrito, destacando que o debate é um item básico do CMPU; destacou que a maneira que está sendo realizada a revisão do Plano Diretor não considera a população do município, reforçando que a participação é de interesse da população, que realiza sugestões, e que o retorno pelo poder público é de que não existem problemas no processo, sendo que a posição dos conselheiros é o oposto; finalizou reforçando a necessidade do Secretário confirmar se ocorrerá uma

reunião devolutiva ao proposto no documento. **33)** O Sr. Alexandre Pires agradeceu e passou a palavra para a Conselheira titular do Instituto Pólís, Sra. Danielle Cavalcanti Klintowitz, que informou que, apesar do Secretário afirmar que se for necessário, haverá a alteração de itens, esse fato não ocorre, considerou que há 5 reuniões os conselheiros apontam que o cronograma é inviável e que a forma de participação não é adequada, sendo solicitadas discussões e devolutivas sobre a metodologia do processo participativo, que não foram atendidas; informou que a proposta da reunião pelo Ministério Público era para que fosse realizado o debate com o CMPU, foi apresentada apenas a discussão sobre a Filipeta que será utilizada posteriormente, sem ocorrer o debate sobre as etapas anteriores, reforçando que a resposta que é dada pela prefeitura é no sentido de que as sugestões feitas serão aceitas se houver a análise de que estas são adequadas, sem que ocorra um diálogo, sendo uma decisão unilateral pelo poder público, informou também que a sociedade civil não empresarial se manifestou em bloco e se organizou para o desenvolvimento de uma proposta, que considera que foi ignorada e será realizada uma resposta no sentido das anteriores; finalizou reforçando estar surpresa com a posição do Secretário por ser contraditória em relação ao processo que ocorreu, e informou que espera que as últimas contribuições tenham impacto para que a posição nas próximas reuniões seja diferente por parte do Secretário e da SMUL. **34)** O Sr. Alexandre Pires passou a palavra para o Secretário Cesar Azevedo, que informou que todas as deliberações submetidas ao conselho, incluindo sugestões dos conselheiros sobre alteração do cronograma e suspensão do processo de revisão do Plano Diretor, foram deliberadas com maioria de votos; em relação à carta dos conselheiros, informou que será respondida dentro de um prazo de 7 dias, sendo possível o debate da mesma em uma próxima reunião, que não apresenta óbices em relação ao agendamento de reunião extraordinária do conselho para discussões, sendo importante para o desenvolvimento de soluções, informando que os conselheiros podem propor também o agendamento de reuniões para discussão e acompanhamento pelo conselho da política urbana municipal e da revisão do Plano Diretor.

Encerramento: O Presidente Cesar Azevedo, agradeceu a contribuição e participação de todos, informando que se os conselheiros preferirem, é possível o agendamento de reunião presencial, e finalizou a reunião às 16h57min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

ÓRGÃOS MUNICIPAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO NORTE 1

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO OESTE

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO LESTE 1

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO SUL 1

SOCIEDADE CIVIL:

MOVIMENTO DE MORADIA 3

MOVIMENTO DE MORADIA 4

SOCIEDADE DOS AMIGOS DO PLANALTO PAULISTA - SAPP

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL - CADES

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:

PRESIDÊNCIA

**CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO
PRESIDENTE**

**JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE**

**ROBERTO AUGUSTO BAVIERA
PRESIDENTE SUPLENTE**

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ÓRGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL (1)

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL (3)

MARIA TEREZA GOMES DA SILVA
TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (1)

VIVIAN SATIRO DE OLIVEIRA
TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (2)

TARCILA PERES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

ANA CAROLINA NUNES LAFEMINA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

ANA CLAUDIA CARLETTO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO - SEHAB

ELISABETE FRANÇA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES - SMT

MICHELLE PEREA CAVINATO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB

MARCOS MONTEIRO
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E
TURISMO - SMDT**

ALINE PEREIRA CARDOSO DE SÁ BARABINOT
TITULAR

JULIA DA MOTTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

PAOLA RIVATTO DA SILVA
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO - SP-URBANISMO

LARISSA GARCIA CAMPAGNER
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

SUBPREFEITURA

MACRORREGIÃO NORTE 2

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO NORTE 1**

MARINA CORREIA DA SILVA
TITULAR

FERNANDO RANGEL
SUPLENTE

MACRORREGIÃO NORTE 2

SIMONE APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
TITULAR

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO OESTE

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA
TITULAR

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

FRANCISCO CLAUDIO DO NASCIMENTO
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

OSNI PANDORI
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

ADEMILSON FERREIRA
TITULAR

MARIA APARECIDA VIEIRA
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 2

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO
TITULAR

ANDRÉ DELFINO DA SILVA
SUPLENTE

**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1
VIVA PACAEMBU**

MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR

**ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 3
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES PELA PRESERVAÇÃO DO ALTO DA
LAPA E BELA ALIANÇA - ASSAMPALBA**

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 1

MARCIO JEHA CHÉDE
TITULAR

JULIANA BRAGA PAVIATO
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO
TITULAR

SERGIO GARRIDO CINCURA
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI
TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

EDUARDO DELLA MANNA

SUPLENTE

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONG'S
INSTITUTO POLIS**

**DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
TITULAR**

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-
AMBIENTAL
IAB**

**SIMONE FERREIRA GATTI
TITULAR**

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL
FAU MACKENZIE**

**VIVIANE MANZIONE RUBIO
TITULAR**

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS, COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CBCS**

**CLARICE REITER MENEZES DEGANI
TITULAR**

ELOISE TORRES AMADO
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - CMTT

SANDRA RAMALHOSO
TITULAR